



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO RIOPREVIDÊNCIA REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2017

Ao décimo primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezessete, às dez horas, reuniu-se o Conselho Fiscal do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência – na sua sede, à Rua da Quitanda número cento e seis, terceiro andar, Centro, Rio de Janeiro. Tendo por base a nomeação de Mariléa Lúcio Ormond, Marcelo Pereira Haddad e Márcio José de Oliveira Azevedo como membros efetivos do Conselho Fiscal, assim como Luís Everardo da Silva Braga, Veridiano Aragão de Carvalho e Mila Braga de Lima, conforme Decreto do Governador do Estado do Rio de Janeiro, de vinte e nove de março de dois mil e dezessete, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em trinta de março de dois mil e dezessete, nos termos da Lei número três mil cento e oitenta e nove, de vinte e dois de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, e do Decreto número quarenta e um mil seiscentos e quatro, de dezenove de dezembro de dois mil e oito, e suas alterações, instalou-se a reunião aberta pelo diretor-presidente do Rioprevidência, senhor Reges Moisés dos Santos, com a seguinte pauta: **Item um. Assinatura do Termo de Posse dos Conselheiros. Item dois. Eleição do Presidente e do Primeiro-Secretário do Conselho. Item três. Apresentação do Organograma do Rioprevidência.** O senhor Reges dos Santos deu boas-vindas aos novos membros do Conselho Fiscal, e abordou a importância do CONFIS em termos de governança corporativa e de transparência. Após as considerações iniciais, abordaram-se: **Item um.** Por meio de assinatura do Termo de Posse se efetivou a nova composição do Conselho Fiscal. **Item três.** O Assessor de Governança Corporativa, senhor Almério Valente Bernacchi, apresentou a equipe de apoio do Rioprevidência, composta por servidores da Gerência de Controle Interno e Auditoria, da Gerência de

Folha 1 de 5

Controladoria e da Assessoria de Governança Corporativa, e informou que os relatórios mensais serão encaminhados previamente aos Conselheiros para deliberação nas reuniões, estando os documentos também disponíveis no website do Rioprevidência. Os conselheiros se apresentaram. O diretor-presidente do Fundo apresentou o organograma da autarquia, explicou que foi feita segregação de massa em setembro de dois mil e treze, como uma forma de separar a massa sadia, equilibrada, estancando o problema, informou que há um Comitê de Investimentos, que alinha em quais fundos serão alocados os recursos do Rioprevidência, e que o Fundo realiza o credenciamento de instituições financeiras anualmente, conforme recomendação do Tribunal de Contas do Estado. O conselheiro Marcelo Haddad demonstrou preocupação com fraudes na previdência e perguntou como são identificados os desvios no Rioprevidência. O senhor Reges dos Santos esclareceu que os desvios são identificados por meio da auditoria de benefícios, que teve início com as pensões provisórias em dois mil e onze, gerando efeitos em dois mil e doze. O diretor-presidente do Rioprevidência exibiu a economia na folha de pensão proveniente de auditoria baseada em convênio com o Tribunal de Justiça do Estado. Segundo o senhor Reges dos Santos, algumas viúvas e filhas maiores não informam que contraíram matrimônio ou que possuem união estável, o que é muito difícil de ser constatado pelo Rioprevidência. Esse convênio com o Tribunal de Justiça propiciou, de acordo com o senhor Reges dos Santos, o fornecimento destas certidões, comprovando as irregularidades. Além disso, segundo o diretor-presidente do Fundo, o convênio também abrange o cruzamento de dados com relação às certidões de óbito, evitando a possibilidade de apropriação indébita dos valores dos titulares. O senhor Reges dos Santos informou que a auditoria de benefícios resulta em uma economia de trinta e três milhões e setecentos mil reais ao mês, totalizando um bilhão trezentos e quarenta e oito milhões quatrocentos e quarenta mil reais desde o ano de dois mil e doze, quando foram iniciadas as auditorias de folha. O diretor-presidente do Rioprevidência informou que o TCE-RJ aprovou recentemente edital de licitação da autarquia para contratação de Tecnologia da Informação para a gestão de auditoria da folha, uma vez que por controle manual seria quase inviável verificar as irregularidades. O senhor Reges dos Santos disse que

também são realizados convênios com outros entes para verificar acumulação ilícita de cargos na administração, e que será feito convênio com o INSS. O coordenador de Atuária do Rioprevidência, senhor Rodrigo Ribeiro da Luz, apresentou o cálculo atuarial dos fundos financeiro e previdenciário do Rioprevidência. O senhor Rodrigo Luz informou que houve uma segregação de massa em setembro de dois mil e treze, e explicou as mudanças acarretadas por ela. Ele informou que o fundo financeiro possui hoje cento e noventa e nove mil oitocentos e quatorze servidores ativos, cento e sessenta e quatro mil duzentos e noventa e seis servidores aposentados, e sessenta e nove mil setecentas e oitenta e uma pensões. Com relação ao fundo financeiro, o conselheiro Marcio José Azevedo perguntou se foi feito algum estudo atuarial para segregar a massa que ainda não atingiu mais de vinte anos de contribuição. O senhor Rodrigo Luz esclareceu que essa ação não é permitida pela legislação, a qual é baseada nas Portarias do MPS, e disse que a segregação de massa não teve o objetivo por si só de resolver o problema previdenciário, mas apenas separar a massa sadia, equilibrada, estancando o problema. No entanto, de acordo com o coordenador de Atuária do Rioprevidência, essa ação acarretará custos de transição, uma vez que os novos entrantes são direcionados para o fundo criado. O conselheiro Marcelo Haddad perguntou se quando foi feita a segregação também foi oferecido a quem estava no plano financeiro passar para o novo plano. O senhor Rodrigo Luz informou que houve um ano para que os servidores optar em fazer parte do novo plano, e que poucos optaram. Segundo o senhor Rodrigo Luz, essa ação hoje se configura como inviável, porque não seria possível migrar os valores das contribuições de quem optasse pela troca, tendo em vista a atual situação do Estado e levando-se em conta que os planos são totalmente segregados. O senhor Rodrigo Luz explicou que os militares, inclusive os novos entrantes, sempre estarão alocados no plano financeiro. O coordenador de Atuária do Rioprevidência apresentou a taxa de juros real a zero por cento ao ano como principal hipótese financeira utilizada no cálculo atuarial do fundo financeiro, e exibiu as principais hipóteses biométricas utilizadas em função do evento gerador. O senhor Rodrigo Luz destacou as principais hipóteses empregadas na avaliação atuarial do plano financeiro: a

taxa de juros real utilizada, de zero por cento, é uma determinação da Portaria número quatrocentos e três de dois mil e oito do antigo Ministério da Previdência Social, atual Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda, que deverá ser seguida pelos fundos segregados no cálculo da avaliação atuarial. Segundo o coordenador de Atuária do Rioprevidência, o Ministério da Fazenda defende o entendimento de que se o fundo for segregado, o fundo financeiro é deficitário, e não deveria descontar do cálculo esse déficit. A partir dessa percepção, o patamar do déficit atuarial do plano financeiro do Rioprevidência foi modificado, em função da nova metodologia. O senhor Rodrigo Luz exibiu dados sobre o plano financeiro: a quantidade de ativos, de aposentados e de pensões, e apresentou as variações no quantitativo de participantes do Plano, as variações de salários e benefícios médios, e as variações das folhas de salários e benefícios entre os exercícios de dois mil e quinze e dois mil e dezessete. O senhor Rodrigo Luz informou, então, o valor do déficit técnico atuarial do fundo financeiro: setecentos e oitenta e nove bilhões quinhentos e quatro milhões cinco mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta e nove centavos, valor este calculado de acordo com a nova metodologia inferida pela Portaria MPS número quatrocentos e três de dois mil e oito. Segundo o senhor Rodrigo Luz, esse valor é o resultado da diferença entre as reservas matemáticas e o ativo líquido do Plano. O coordenador de Atuária apontou, então, os motivos do crescimento do déficit atuarial no plano financeiro: mudança na metodologia de cálculo, o qual passou a ser feito com taxa de juros real de zero por cento ao ano; volatilidade do valor do petróleo tipo Brent; mudança de tábua IBGE dois mil e treze para dois mil e quatorze; elevação da folha de ativos por meio dos aumentos escalonados, que refletiram na folha de pagamento do Rioprevidência por causa da paridade de grande parte dos beneficiários com os servidores ativos; envelhecimento da massa; e base mais consistente, devido à mudança do sistema SAPE para o SIGRH. O senhor Rodrigo Luz passou, assim, à análise do fundo previdenciário: o plano capitalizado possui dezoito mil novecentos e setenta e três servidores ativos, sete aposentados por invalidez e dezessete pensões. O coordenador de Atuária do Rioprevidência apresentou a taxa de juros real a cinco por cento ao ano como principal hipótese financeira utilizada no cálculo atuarial

do fundo previdenciário, de acordo com as Portarias MPS número quatrocentos e dois e quatrocentos e três, de dois mil e oito, e exibiu as principais hipóteses biométricas empregadas em função do evento gerador. O senhor Rodrigo Luz apresentou a discriminação da quantidade de ativos, de aposentados e de pensões, e exibiu as variações no quantitativo de participantes do Plano, as variações de salários e benefícios médios, e as variações das folhas de salários e benefícios entre os exercícios de dois mil e quinze e dois mil e dezessete. O coordenador informou, ainda, o valor do superávit técnico atuarial do fundo previdenciário: cento e cinquenta e dois milhões oitenta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e oitenta e um centavos, e disse que este plano tem se mostrado sustentável financeira e atuarialmente. O senhor Rodrigo Luz apontou os motivos do crescimento do superávit atuarial no fundo previdenciário: plano em fase de acumulação de reservas; variação no custo normal inferior a um por cento, evidenciando-se a estabilidade desse custo; superação da meta atuarial; crescimento apesar da mudança da tábua IBGE dois mil e treze para dois mil e quatorze; evolução apesar do envelhecimento da massa; e crescimento do ativo líquido do plano em noventa e quatro vírgula cinquenta e três por cento e aumento das reservas matemáticas em quarenta e oito vírgula oitenta e dois por cento. O senhor Rodrigo Luz disse que o Rio de Janeiro agiu no sentido de minimizar os impactos da previdência nos cofres públicos ao realizar a segregação de massa, mas destacou que o custo de transição demoraria de trinta a quarenta anos para que se começasse a verificar o saneamento das contas da previdência no Estado. O senhor Almério Bernacchi informou que a Gerência de Controladoria será o principal fornecedor de material ao Conselho Fiscal, e que as demonstrações contábeis, as atas de reuniões, e os relatórios de governança, de pensão e de inativos são publicados no website do Rioprevidência. O Assessor de Governança Corporativa destacou que no Regimento Interno do Conselho Fiscal está estabelecida a necessidade de emissão parecer pelo CONFIS para cada balancete mensal, e um no final do ano, referente ao exercício financeiro. **Item Dois.** Após deliberação, o conselheiro Marcelo Pereira Haddad foi eleito presidente do Conselho, e o conselheiro Márcio José de Oliveira Azevedo, primeiro-secretário, tendo em

vista que a conselheira Mariléa Lucio Ormond esteve ausente nesta reunião. As demais dúvidas foram esclarecidas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Marcelo Pereira Haddad, em comum acordo com os demais membros, encerrou a reunião, e eu, Márcio José de Oliveira Azevedo, lavrei a presente ata que será assinada pelos demais membros deste Conselho Fiscal.

Marcelo Pereira Haddad
Presidente

Márcio José de Oliveira Azevedo
Secretário